

RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.206 - RJ (2018/0271575-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO IPERJ
PROCURADOR : ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA - RJ164564
RECORRIDO : ROSANGELA HERVANO RAMOS
ADVOGADOS : LEANDRO JORGE ARAÚJO HINRICHSEN - RJ117851
MARCELO ANDREATTA DA SILVA DE ALMEIDA - RJ109174

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PECÚLIO *POST MORTEM*. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO A *QUO* FUNDADO EM LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça Estadual.

O acórdão recorrido está assim ementado (fls. 137-141, e-STJ):

Apelação Cível. Direito Previdenciário. Cobrança de pecúlio post mortem. Preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão do benefício pela Autora, na forma do art. 26, III, da Lei 285/1979. Sentença de improcedência. A Autora faz jus à concessão do pecúlio post mortem, reconhecendo-se o seu status de beneficiária nos termos da Lei nº 285/1979. A natureza contributiva do sistema previdenciário impede que a vedação prevista no art. 5º, da Lei 9.717/98 possa prejudicar o beneficiário do servidor falecido que contribuiu durante a atividade para o eventual gozo do benefício em questão. Nessa esteira, não se pode acolher o argumento da Apelada de que após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20/1998 e da Lei nº 9.717/1998 o pagamento do pecúlio post mortem não se afiguraria mais possível. Esta Corte já assentou o entendimento de que somente com o advento da Lei Estadual nº 5.109/2007 é que ficou extinta a concessão do pecúlio post mortem, sendo que, no caso em tela, o óbito do servidor ocorreu em 01/07/2006, devendo, pois, ser aplicada Lei nº 285/79 vigente à época do fato, nos termos da Súmula 340 do STJ. Precedentes desta Corte. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 168-170, e-STJ).

O recorrente alega violação do artigo 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que houve omissão da prestação jurisdicional.

No mérito, a parte recorrente sustenta, além da existência de dissídio jurisprudencial, infringência dos arts. 5º da Lei n. 9.717/98 e 18 da Lei n. 8.213/91, ao argumento de que o regramento geral da previdência do servidor público "impede, expressamente, o pagamento pelos sistemas previdenciários de cada entidade da Federação de benefício distinto daqueles pagos pelo INSS" (fl. 175, e-STJ).

Ao final, requer o provimento do recurso, para "declarar a nulidade do acórdão, determinando ao Tribunal *a quo* que se manifeste expressamente acerca das violações

apontadas, ou, se entender de outra forma, reformar o acórdão recorrido" (fl. 181, e-STJ).

Contrarrazões (fls. 199-202, e-STJ).

Decisão de admissibilidade às fls. 256-257, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Cuida-se, na origem, de sentença que julgou procedente o pedido da autora para condenar o réu no pagamento do pecúlio *post mortem* em razão do falecimento de seu cônjuge.

O acórdão recorrido deu parcial provimento ao recurso de apelação para condenar o réu ao pagamento do pecúlio post mortem, cujo quantum foi fixado em cinco vezes o valor do vencimento-base de contribuição no mês do óbito do segurado, na forma do disposto no art. 45, da Lei Estadual nº 285/79.

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 535 do CPC/1973, pois o recorrente se limitou a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Quanto à questão de fundo, a Corte de origem assentou o seguinte (fls 138-139):

A matéria ora trazida à colação já se encontra sedimentada na jurisprudência deste Tribunal de Justiça, existindo inúmeros precedentes a respaldar a pretensão formulada pela Autora.

De um exame acurado dos presentes autos, verifica-se que a Autora, ora Apelante, faz jus à concessão do pecúlio post mortem, reconhecendo-se o seu status de beneficiária na forma do art. 26, III, da Lei nº 285/1979.

De fato, a Autora preencheu todos os requisitos exigidos pela Lei Estadual nº 285/1979 para a concessão do pecúlio.

Todavia, em sua defesa, o Réu insistiu na aplicação da Lei Federal nº 9717/1998 à espécie.

[...]

Ocorre que, de acordo com a jurisprudência firme deste Tribunal de Justiça, o sistema previdenciário tem natureza contributiva, razão pela qual a vedação do art. 5º, da Lei 9.717/98 não pode prejudicar o beneficiário do servidor falecido que contribuiu durante a atividade para o eventual gozo do benefício em questão.

Nessa esteira, não se pode acolher o argumento do Réu de que após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20/1998 e da Lei nº 9.717/1998 o pagamento do pecúlio post mortem não se afiguraria mais possível.

Decerto, esta Corte já assentou o entendimento de que somente com o advento da Lei Estadual nº 5.109/2007, de 15.10.2007, é que ficou extinta a concessão do pecúlio post mortem, sendo que, no caso em tela, o óbito do servidor ocorreu no ano de 2002, devendo, pois, ser aplicada Lei nº 285/79 vigente à época do fato, nos termos da Súmula 340 do STJ.

[...]

Do exposto, na forma do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso para condenar o Réu ao pagamento do pecúlio post mortem, cujo quantum é fixado em cinco vezes o valor do vencimento-base de contribuição no mês do óbito do segurado, na forma do disposto no art. 45, da Lei Estadual nº 285/79, corrigido monetariamente a partir da data do requerimento administrativo, sendo devidos juros moratórios de 0,5% ao mês, contados a partir da citação, conforme dispõe a alínea “f” do artigo 1º, da Lei nº 9.494/97, acrescentada pela Medida Provisória nº 2.180/2001, até a edição da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, após o que

obedecerão aos juros aplicados à caderneta de poupança. Condeno o Réu ao pagamento dos honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, na forma do § 4º, do artigo 20 do CPC. Condeno, ainda, o Réu ao pagamento da taxa judiciária.

Como se denota, a tutela jurisdicional foi prestada com fundamento nas Leis Estaduais 285/1979 e 5.109/2007, inclusive, no que se refere a natureza da parcela, razão pela qual o recurso especial não deve ser conhecido nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PECÚLIO POST MORTEM. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NAS LEIS ESTADUAIS Nº 285/79 E 5.109/07. SÚMULA Nº 280/STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 102, III, "D", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PARADIGMA E DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No que tange a suposta ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, verifica-se que o Tribunal de origem dirimiu de forma fundamentada a controvérsia, apreciando expressamente a tese suscitada pelo agravante de que seria indevido o pagamento de pecúlio post mortem previsto na Lei Estadual nº 285/79 após a vigência da Lei nº 9.717/98.

2. Quanto a alegada ofensa ao art. 5º da Lei nº 9.717/98, em razão da ilegalidade e inconstitucionalidade do pagamento do pecúlio post mortem por óbito ocorrido após a vigência de referida lei, verifica-se que o Tribunal de origem manteve o benefício por entender que a Lei Estadual nº 285/79, instituidora do pecúlio, somente teria sido revogada com a edição da Lei Estadual nº 5.109/07. Ademais, consignou que a Lei nº 9.717/98 não teria revogado o benefício, sob pena de violação ao direito adquirido dos servidores que já tinham contribuído para receber o pecúlio. Restando a matéria decidida com base na legislação local, incide o óbice previsto na Súmula nº 280/STJ.

3. Ademais, a análise da principal tese do agravante - suspensão da Lei Estadual nº 285/79 após a vigência da Lei nº 9.717/98 - não pode ser enfrentada por esta Corte Superior, pois é matéria de competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, "d", da Constituição Federal. Precedentes.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1758585/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2018)

Confira-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.757.201/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 27/8/2018; REsp 1.749.327/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 24/8/2018; REsp 1.748.581/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, DJe 2/8/2018.

Ademais, não compete a esta Corte Superior, em sede de recurso especial,

apreciar a existência de conflito entre lei estadual e lei federal, sob pena de incorrer em usurpação de competência própria do STF, constante do art. 102, III, d, da Constituição Federal.

À propósito, confira:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. PECÚLIO POST MORTEM. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA. CONFLITO ENTRE LEI LOCAL E LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdiccional.

2. O exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, qual seja, da Lei Estadual nº 285/79, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

3. "A desconformidade da legislação local com o disposto na Lei n. 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo (art. 102, III, alínea "d", da CF)" (AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/06/2013, DJe 10/06/2013).

4. Obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1758597/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 06/11/2018)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. BENEFICIÁRIOS PREVISTOS NA LEI ESTADUAL 180/1978. POSSÍVEL AFRONTA À LEI 9.717/1998. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA LEI LOCAL EM FACE DE LEI FEDERAL. DISCUSSÃO DE CARÁTER CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL. 1.

Hipótese em que o Tribunal local consignou: "o que veda a Lei 9.717 é a concessão de benefícios distintos dos concedidos pelo RGPS; o benefício da pensão por morte está previsto no regime geral.

Os arts. 152 e 153 da Lei 180/78 apenas identificam os beneficiários da pensão por morte, por isso não há incompatibilidade entre a lei federal e a estadual" (fl. 194, e-STJ).

2. A insurgente aduz que a estipulação de beneficiários de pensão por morte previstos na lei estadual viola o disposto no art. 5º da Lei 9.717/1998. No entanto, a verificação de validade de lei local em face de lei federal denota natureza constitucional da controvérsia. Tal apreciação, na instância excepcional, não compete ao STJ, mas ao STF,

por meio de Recurso Extraordinário (art. 102, III, alínea "d", da CF/1988).

3. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.656.484/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 02/05/2017)

Por fim, ressalto, que segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

